



## Direito Constitucional

**Questão 1:** COPESE UFPI - Cons Leg (ALEPI)/ALEPI/Direito/2020**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, de quem é a competência da iniciativa popular na esfera estadual:

- a) 1% do eleitorado estadual.
- b) 0,3% (três décimos por cento) dos eleitores do estado.
- c) 5% do eleitorado estadual.
- d) 2% do eleitorado estadual.
- e) cabe à Constituição de cada Estado estabelecer o quórum de iniciativa popular nos Estados.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1100246](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1100246)**Questão 2:** CEBRASPE (CESPE) - AJ (TJ PA)/TJ PA/Direito/2020**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Determinado estado da Federação pretende instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Nessa situação, o ente federativo poderá efetivar tal medida mediante

- a) lei ordinária federal.
- b) lei complementar federal.
- c) medida provisória estadual.
- d) lei ordinária estadual de iniciativa do Poder Executivo.
- e) lei complementar estadual de iniciativa parlamentar.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1120745](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1120745)**Questão 3:** CEBRASPE (CESPE) - AuxJ (TJ PA)/TJ PA/"Sem Área"/2020**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

A autonomia do Estado para gerir negócios próprios, pela ação administrativa do governador, denomina-se

- a) autogestão.
- b) autolegislação.
- c) autoadministração.
- d) autogoverno.
- e) soberania.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1122405](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1122405)**Questão 4:** FGV - Of Just (TJ RS)/TJ RS/Classe O/2020**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Após amplos debates entre as lideranças parlamentares de certo Estado da Federação, um grupo de deputados estaduais apresentou projeto de lei ampliando as competências do Tribunal de Justiça. Do processo legislativo resultou a promulgação da Lei nº XX/2018.

A forma utilizada para dispor sobre as competências do Tribunal é:

- a) correta, pois, por se tratar de matéria local, a lei estadual pode discipliná-la;
- b) incorreta, pois a ampliação de suas competências deve ser disciplinada na Constituição Estadual;
- c) incorreta, pois o processo legislativo deveria ter sido iniciado por provocação do Tribunal de Justiça;
- d) correta, desde que o Tribunal de Justiça tenha sido previamente ouvido a respeito da iniciativa;
- e) incorreta, pois suas competências estão previstas exclusivamente na Constituição da República de 1988.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1139507](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1139507)**Questão 5:** FCC - JE TJMS/TJ MS/2020**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

O Governador do Estado do Mato Grosso do Sul pretende instituir região metropolitana, constituída por Municípios limítrofes do mesmo complexo geoeconômico e social, a fim de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Considerando os limites e requisitos impostos pelas Constituições Federal e Estadual em relação ao tema, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a criação da região metropolitana

- I.** dependerá de edição de lei complementar estadual, não sendo exigível consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos.
- II.** poderá ter por objetivo integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de competência material comum entre Estado e Municípios, não podendo abranger as funções que se inserem entre as atribuições privativas municipais, como, por exemplo, o saneamento básico.
- III.** implicará o exercício, pelo Estado, de competência exclusiva para disciplinar a concessão e a prestação dos serviços públicos para os quais se voltará a região metropolitana.
- IV.** não impedirá o exercício, pelos Municípios que a integrarem, da competência para promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) **I e IV.**

- b) I e II.
- c) II e IV.
- d) II e III.
- e) III e IV.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1147359](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1147359)**Questão 6:** CEFETMINAS - Aud Fisc (Contagem)/Pref Contagem/Fiscalização/2020**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Determinado Estado Federado instituiu Região Metropolitana, mediante lei complementar, conforme os ditames do Art. 25, § 3º da Constituição Federal.

Para esta Região Metropolitana, é correto afirmar que

- a) os serviços locais de gás canalizado serão explorados pelo Estado, admitindo-se delegação da titularidade de tais serviços aos municípios que integrem a Região Metropolitana.
- b) não se pode atribuir caráter compulsório de participação aos municípios na Região Metropolitana, sob pena de lesão ao pacto federativo e à autonomia municipal, sendo necessária a aprovação pela câmara municipal para sua participação.
- c) a instituição de tributos de competência municipal deve ser previamente avaliada por órgão metropolitano, a fim de que sejam dirimidos eventuais conflitos.
- d) em que pese possuir atribuição de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, os serviços públicos de interesse local, excetuado-se os de transporte coletivo intramunicipal, continuam sendo de competência municipal.
- e) apesar de não possuir personalidade política, a Região Metropolitana pode implementar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum por meio de pessoas jurídicas de direito público.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1173395](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1173395)**Questão 7:** CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE CE)/MPE CE/2020**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

As terras devolutas indispensáveis à preservação do meio ambiente são consideradas bens

- a) de uso comum do povo de titularidade dos municípios.
- b) de uso especial de titularidade dos estados.
- c) dominicais de titularidade dos estados.
- d) de uso comum do povo de titularidade da União.
- e) dominicais de titularidade da União.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1173977](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1173977)**Questão 8:** FCC - Ana Leg (ALAP)/ALAP/Atividade Legislativa/Assessor Jurídico Legislativo/2020**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Considere que a Constituição de determinado Estado da federação contenha as seguintes previsões:

**I.** compete à Assembleia Legislativa autorizar, pelo voto de dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Governador do Estado, pelo cometimento de crimes comuns; e**II.** compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar o Procurador-Geral do Estado nas infrações penais comuns, inclusive nos crimes contra a vida.

À luz da disciplina constitucional pertinente e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

- a) ambas previsões são compatíveis com a Constituição Federal, por se tratar de matérias atinentes à capacidade de autoorganização dos Estados como entes da federação.
- b) apenas a primeira previsão é incompatível com a Constituição Federal, por instituir condição não contemplada na Constituição de procedibilidade política para o processamento de ação penal pública de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
- c) apenas a segunda previsão é incompatível com a Constituição Federal quanto à competência do Júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, que prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.
- d) a primeira previsão é incompatível com a Constituição Federal, por instituir condição não contemplada na Constituição de procedibilidade política para o processamento de ação penal pública de competência originária do Superior Tribunal de Justiça; e a segunda é incompatível quanto à competência do Júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, que prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.
- e) a primeira previsão é compatível com a Constituição Federal, por se tratar de norma atinente à separação de poderes, de reprodução obrigatória no âmbito estadual; e a segunda é compatível por ter o Estado competência para dispor sobre a organização de sua Justiça, cabendo à sua constituição definir a competência do respectivo tribunal.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1239258](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1239258)**Questão 9:** VUNESP - Adv (Pref São Roque)/Pref São Roque/2020**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Suponha que um Estado, tendo em vista a necessidade de se tornar mais eficaz na gestão dos serviços de competência privativa do Município, instituiu, por meio de Lei Complementar, uma região metropolitana e uma microrregião para áreas distintas. Tendo por base a situação hipotética, a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A instituição de microrregião por Estado-Membro com a constituição da obrigação de gestão compartilhada do serviço não importa em ofensa ao princípio da autonomia federativa.
- b) Com a constituição da região metropolitana ocorre a transferência da titularidade da competência dos Municípios para o Estado-Membro, sempre que comprovado o ganho de eficiência na gestão do serviço.
- c) A instituição de região metropolitana por lei complementar é inconstitucional, pois é necessário que haja autorização da respectiva constituição estadual para a sua criação.
- d) A região metropolitana, após a aprovação da norma responsável pela sua criação, será elevada à condição de entidade federativa, cuja administração será realizada por órgão paritário composto por membros dos municípios nela inseridos.
- e) Os serviços de gás canalizado poderão ser delegados dos Municípios para serem geridos pela microrregião e a sua regulação poderá ocorrer por meio de medida provisória.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1247350](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1247350)**Questão 10:** Tec - JF TRF1/TRF 1/2020

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Julgue o item a seguir, acerca das competências legislativas.

De acordo com o STF, é constitucional lei estadual que dispensa multa por quebra da fidelidade nos contratos com as empresas de telefonia em caso de desemprego superveniente do cliente.

- Certo  
 Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1286474](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1286474)

**Questão 11:** Tec - JF TRF1/TRF 1/2020

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Conforme as previsões constitucionais e a jurisprudência do STF sobre competências legislativas, julgue o item a seguir.

É constitucional lei estadual que exija que o pescador, para exercer sua atividade, cadastre-se em entidade privada (Federação de Pescadores) que cobra taxa por essa fiscalização.

- Certo  
 Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1286475](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1286475)

**Questão 12:** Tec - JF TRF1/TRF 1/2020

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Julgue o item a seguir, a respeito de competências legislativas.

De acordo com a jurisprudência do STF, são inconstitucionais leis estaduais ou municipais que obriguem o supermercado a manter empacotador para as compras.

- Certo  
 Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1334672](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1334672)

**Questão 13:** IADES - Proc (ALEGO)/ALEGO/2019

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Em relação a crimes de responsabilidade, é **correto** afirmar que as infrações político-administrativas, quando cometidas por governador, serão julgadas pelo(a)

- a) Superior Tribunal de Justiça, sob a Presidência do presidente do Senado.  
 b) Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do presidente da Corte.  
 c) Assembleia Legislativa, sob a Presidência do presidente do Tribunal de Justiça local.  
 d) Senado Federal, sob a Presidência do presidente do Supremo Tribunal Federal.  
 e) tribunal especial formado por cinco membros do legislativo e cinco desembargadores, sob a Presidência do presidente do Tribunal de Justiça local.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/774228](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/774228)

**Questão 14:** IADES - Ass Leg (ALEGO)/ALEGO/Policial Legislativo/2019

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Acerca da organização dos estados federados, assinale a alternativa **correta**.

- a) Os estados não poderão criar regiões metropolitanas.  
 b) As Constituições estaduais devem ser aprovadas pelo Tribunal de Justiça de cada estado.  
 c) As terras devolutas não pertencentes à União são de propriedade da agência reguladora estadual.  
 d) Compete às Assembleias Legislativas dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.  
 e) Será de cinco anos o mandato de deputado estadual.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/774828](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/774828)

**Questão 15:** VUNESP - ContJ (TJ SP)/TJ SP/2019

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

O governador de um Estado da Federação decide criar, por meio de lei, uma central de pagamentos de salários, composta por membros dos três poderes, para gerenciar todos os procedimentos de aplicação de recursos financeiros destinados ao pagamento das remunerações dos servidores públicos estaduais do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, com a conseqüente extinção dos órgãos de pagamento existentes em cada um dos poderes. Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 que tratam do Poder Judiciário, pode-se afirmar que a criação da central

- a) é inconstitucional por vício de iniciativa, pois a lei deveria ter sido proposta conjuntamente pelos chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.  
 b) atende ao princípio da isonomia, na medida em que todos os servidores públicos estaduais serão pagos por um único órgão, sem interferir na autonomia financeira do Poder Judiciário.  
 c) afronta a autonomia financeira e administrativa do Poder Judiciário ao condicionar o pagamento de seus servidores à análise de representantes dos demais poderes, sendo, desta forma, inconstitucional.  
 d) observou o princípio da legalidade e não fere a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, porque conta com a participação de seus membros na composição do novo órgão.  
 e) não fere a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e atende ao princípio da eficiência administrativa, concentrando em um único órgão representantes dos três poderes.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/781842](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/781842)

**Questão 16:** CEBRASPE (CESPE) - JE TJSC/TJ SC/2019

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Acerca da proteção ao meio ambiente e da repartição de competências ambientais na estrutura federativa brasileira, assinale a opção **correta** de acordo com a jurisprudência do STF.

- a) O condicionamento da celebração de termos de cooperação pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente à prévia aprovação do Poder Legislativo estadual é constitucional.
- b) Lei estadual que autorize o uso do amianto é considerada constitucional em razão da competência concorrente em matéria ambiental.
- c) Atribuição de competência para que assembleia legislativa estadual autorize previamente o licenciamento ambiental de atividade potencialmente poluidora é constitucional.
- d) Os estados têm competência para instituir programa de inspeção e manutenção de veículos com o objetivo de proteção ao meio ambiente.
- e) Os estados têm competência para legislar sobre o licenciamento de edificações e construções.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/852294](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/852294)**Questão 17:** CEBRASPE (CESPE) - JE TJPR/TJ PR/2019**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

À luz dos dispositivos constitucionais e do entendimento jurisprudencial acerca de processo legislativo, é correto afirmar que as leis que dispõem sobre o aumento da remuneração de servidores em cargos públicos na esfera estadual da administração direta é de iniciativa

- a) privativa do presidente da República, sendo inconstitucional a vinculação desse reajuste aos índices federais de correção monetária.
- b) exclusiva do Congresso Nacional, devendo esse reajuste ser vinculado aos índices federais de correção monetária.
- c) privativa do governador do estado, sendo inconstitucional a vinculação desse reajuste aos índices federais de correção monetária.
- d) exclusiva da assembleia legislativa estadual, devendo esse reajuste ser vinculado aos índices federais de correção monetária.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/862663](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/862663)**Questão 18:** CEBRASPE (CESPE) - JE TJPR/TJ PR/2019**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

De acordo com disposições da Constituição Federal de 1988, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, os estados podem instituir aglomerações urbanas, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, mediante

- a) lei ordinária.
- b) lei complementar.
- c) decreto legislativo.
- d) resolução.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/862667](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/862667)**Questão 19:** FUNDEP - DP MG/DPE MG/2019**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

A respeito do entendimento do STF sobre competência legislativa, analise as afirmativas a seguir.

- I.** A competência legislativa do Estado-membro para dispor sobre educação e ensino autoriza a fixação, por lei local, do número máximo de alunos em sala de aula.
- II.** No limite do interesse local, os municípios possuem competência para legislar sobre proteção ao meio ambiente e, inclusive, adotar legislação ambiental mais restritiva em relação aos Estados-membros.
- III.** Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial e política de seguros, por conseguinte, os Estados-membros não têm competência para legislar sobre normas que objetivem a proteção e a prestação de informações ao consumidor de planos de saúde.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) **I e II**, apenas.
- b) **II**, apenas.
- c) **III**, apenas.
- d) **I, II e III**.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/873132](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/873132)**Questão 20:** FUNDEP - Estag (TRF1 MG)/TRF 1/Direito/2019**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

A Constituição de 1988 adotou como forma de Estado o federalismo, garantindo o princípio da autonomia e da participação política.

Acerca da organização político-administrativa do Estado, é correto afirmar:

- a) O legislador constituinte determinou expressamente a impossibilidade de qualquer proposta de emenda constitucional tendente a abolir a Federação.
- b) O ordenamento jurídico brasileiro prevê o direito de secessão, caracterizado como possibilidade de separação de um Estado-Membro, do Distrito Federal ou de qualquer município da Federação.
- c) A autonomia dos Estados-Membros caracteriza-se pela denominada dupla capacidade de autogoverno e autoadministração, já que a organização interna desses Estados-Membros fica condicionada às leis de competência da União.
- d) A Constituição Federal garante ao Distrito Federal a natureza de ente federativo autônomo, pelo que a capacidade de autogoverno consubstancia-se na eleição do prefeito e do vice-prefeito.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/875997](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/875997)**Questão 21:** IBFC - GCM (Conde-PB)/Pref Conde (PB)/3ª Classe/2019**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Sobre os Estados Federados na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I.** Os Estados organizam-se e regem-se por Lei Orgânica, observados os princípios da Constituição Federal.
- II.** Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado.
- III.** Para a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, é necessário lei complementar estadual.

- a) Apenas as afirmativas **I e II** estão corretas

- b) Apenas as afirmativas **II** e **III** estão corretas
- c) As afirmativas **I**, **II** e **III** estão corretas
- d) Apenas as afirmativas **I** e **III** estão corretas

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/900163](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/900163)**Questão 22:** CEBRASPE (CESPE) - Proc Mun (Boa Vista)/Pref Boa Vista/2019**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Considerando as disposições constitucionais aplicáveis ao regime federativo brasileiro, julgue o item seguinte.

Compete aos municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado.

- Certo
- Errado

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/922234](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/922234)**Questão 23:** VUNESP - NeR (TJ RS)/TJ RS/Remoção/2019**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)Considerando as disposições constitucionais a respeito das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, assinale a alternativa **correta**.

- a) Aquelas regiões, aglomerações e microrregiões que já existiam antes da Constituição de 1988 e que não haviam sido criadas na forma prevista no novel texto constitucional, foram automaticamente extintas.
- b) Havendo lei complementar estadual aprovada pela Assembleia Legislativa, será compulsória a participação dos Municípios limítrofes envolvidos numa respectiva região metropolitana criada pela Lei.
- c) A região metropolitana e as microrregiões apresentam-se como região urbana, formada por um grupo de Municípios cujas sedes se unem com continuidade urbana em torno de um Município-Polo.
- d) São criadas por lei federal e se constituem em agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- e) Instituído formalmente o agrupamento de municípios por um dos instrumentos constitucionais, ele será estabelecido como ente político-administrativo autônomo dotado de personalidade jurídica própria.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/955627](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/955627)**Questão 24:** IDCAP - PrLeg (CM B Esperan)/CM Boa Esperança/2019**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

João Victor e Rafael, estavam em dúvida sobre a quem pertencem as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União. Ao consultarem a Constituição Federal, descobriram que pertence:

- a) Aos Estados.
- b) À União.
- c) Aos Municípios.
- d) Ao Distrito Federal.
- e) Aos bairros.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/994475](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/994475)**Questão 25:** FCC - PJ (MPE MT)/MPE MT/2019**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, será compatível com a repartição de competências estabelecida na Constituição Federal lei estadual que

- a) obrigue operadoras de plano de saúde a fornecer ao consumidor informações e documentos em caso de negativa de cobertura.
- b) discipline a comercialização de títulos de capitalização, estabelecendo obrigações e impedimentos para sua venda e publicidade.
- c) preveja prazos máximos para que as empresas de planos de saúde autorizem exames médicos aos usuários.
- d) exija Certidão negativa de Violação aos Direitos do Consumidor dos interessados em participar de licitações e em celebrar contratos com órgãos e entidades da Administração pública estadual.
- e) estabeleça regras para a cobrança pela prestação de serviços privados de estacionamento de veículos em áreas particulares.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1005264](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1005264)**Questão 26:** VUNESP - Proc Mun (RP)/Pref RP/2019**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Caso o Município de Ribeirão Preto tenha a intenção de criar um projeto de lei para exploração de gás canalizado e lhe solicite, como Procurador, parecer sobre a constitucionalidade da medida, é correto afirmar que a proposta é

- a) constitucional, considerando que a competência para tratar sobre o tema é concorrente entre o Estado de São Paulo e o Município de Ribeirão Preto.
- b) constitucional, haja vista se tratar de competência privativa dos Municípios regulamentar questões de gás canalizado em sua localidade.
- c) inconstitucional, uma vez que é competência exclusiva dos Estados membros explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para sua regulamentação.
- d) inconstitucional, pois a competência para tratar sobre gás canalizado é exclusiva da União Federal.
- e) inconstitucional, já que compete concorrentemente entre União, Estados membros e Distrito Federal.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1007870](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1007870)**Questão 27:** VUNESP - Proc Jur (Ibaté)/Pref Ibaté/2019**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Suponha que os Municípios X, Y e Z possuem localização limítrofe e têm a intenção de instituir uma região metropolitana. O Município X solicita que o Procurador da Prefeitura lhe informe sobre a constitucionalidade da medida.

Neste caso, a resposta adequada, segundo a previsão da Constituição, é de que referida proposta é

- a) inconstitucional, uma vez que a competência para instituição de regiões metropolitanas é privativa da União Federal.

- b) inconstitucional, pois somente os Estados é que poderão instituir regiões metropolitanas por lei ordinária, exigindo-se, no entanto, a aprovação de tal medida por plebiscito dos Municípios afetados.
- c) inconstitucional, já que a competência para instituir regiões metropolitanas é exclusiva dos Estados membros, que deverão fazê-lo mediante lei complementar, estando os Municípios obrigatoriamente vinculados a essa decisão.
- d) constitucional, uma vez que no âmbito do interesse local a competência para tratar sobre a matéria é exclusiva dos Municípios.
- e) constitucional, desde que todos os Municípios aprovem a medida mediante a realização de plebiscito, já que se trata de matéria de nítido interesse local.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1011707](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1011707)

### Questão 28: INCAB (ex-FUNCAB) - Sold (PM SC)/PM SC/2019

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Analise o caso concreto a seguir e marque a alternativa **correta**.

Governador do Estado X cometeu o crime de feminicídio durante o exercício do seu mandato. Nesse caso:

- a) não responderá pelo crime no curso do mandato, como também não será suspensa a prescrição, em razão do importante cargo ocupado.
- b) responderá pelo crime no curso do mandato, tendo em vista que a imunidade material relativa não se aplica a governadores, mesmo que a constituição estadual preveja expressamente tal hipótese, conforme entendimento do STF.
- c) não responderá pelo crime no curso do mandato, se a constituição estadual previr expressamente a hipótese de imunidade material relativa para governadores.
- d) não responderá pelo crime no curso do mandato, suspendendo-se a prescrição para evitar impunidade.
- e) responderá pelo crime no curso do mandato, mas não poderá ter a prisão cautelar decretada, em virtude de imunidade formal relativa à prisão.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1031948](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1031948)

### Questão 29: FDC - Ana (SEHAC)/SEHAC/Contratos/2019

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

A exploração, de maneira direta ou mediante concessão, dos serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, de acordo com a organização do Estado brasileiro prevista no título III da CF/88, é uma competência:

- a) da união;
- b) dos estados;
- c) dos municípios;
- d) das regiões metropolitanas;
- e) das entidades administrativas .

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1036175](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1036175)

### Questão 30: CEBRASPE (CESPE) - AJ (TJ AM)/TJ AM/Direito/2019

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

No que se refere à competência legislativa dos entes federativos, julgue o item a seguir.

Os estados possuem competência legislativa suplementar em matéria de licitações e contratos administrativos, sendo de observância obrigatória as normas gerais editadas pela União sobre o tema.

- Certo
- Errado

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1041118](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1041118)

### Questão 31: VUNESP - NeR (TJ AL)/TJ AL/Remoção/2019

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, incluem-se entre os bens dos Estados.

- a) os potenciais de energia hidráulica.
- b) as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros.
- c) os terrenos de marinha e seus acrescidos.
- d) todas as terras devolutas.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1118426](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1118426)

### Questão 32: CRESCER - AAmb (Pref Jijoca J)/Pref Jijoca de J/2019

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

A competência legislativa se subdivide em remanescente, exclusiva, privativa, concorrente, suplementar e reservada. A competência remanescente, que é aquela que permite a atividade legislativa em relação às matérias não vedadas implícita ou expressamente, estando prevista na Constituição Federal, diz respeito:

- a) Aos Municípios
- b) Aos Estados
- c) À União
- d) Aos Estados e Municípios

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1127059](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1127059)

### Questão 33: FUNDEP - Aud (TCE-MG)/TCE-MG/2018

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Analise as afirmativas seguintes, relativas à remuneração dos deputados estaduais.

- I.** É fixada sob a forma de subsídio, em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
- II.** É fixada por resolução da respectiva Assembleia Legislativa.
- III.** Corresponde a setenta e cinco por cento da remuneração, em espécie, dos deputados federais.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/578009](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/578009)

### Questão 34: FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Lei complementar estadual, fruto de projeto de iniciativa do Governador, instituiu região metropolitana constituída por Municípios limítrofes, a fim de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, entre as quais a de construção de moradias e a de saneamento básico. Referida lei ainda determinou que essas funções públicas seriam exercidas pelos Municípios em consonância com as normas editadas pela autoridade estadual nomeada pelo Governador. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a referida lei estadual

- a) pode ser alterada por lei ordinária, uma vez que a Constituição Federal não exige lei complementar nessa matéria.
- b) foi regularmente editada, sendo formal e materialmente compatível com a Constituição Federal.
- c) não poderia ter atribuído exclusivamente à autoridade estadual a competência para editar as normas que regerão a execução das funções de interesse comum, tendo em vista que a instituição de região metropolitana não pode afastar o princípio constitucional da autonomia municipal.
- d) não poderia ter instituído região metropolitana que tenha como objeto a integração, o planejamento e a execução das funções de saneamento básico, uma vez que essa atividade se insere no âmbito da competência privativa dos Municípios.
- e) não poderia ter instituído região metropolitana que tenha como objeto a integração, o planejamento e a execução das funções de construção de moradias, uma vez que essa atividade se insere no âmbito da competência privativa dos Municípios.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/592799](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/592799)

### Questão 35: FCC - AsT (DETRAN MA)/DETRAN MA/2018

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Lei estadual que institua região metropolitana constituída por agrupamento de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, será

- a) incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa da União.
- b) compatível com a Constituição Federal, desde que se trate de lei complementar.
- c) incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa dos Municípios.
- d) compatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência legislativa concorrente de União, Estados e Distrito Federal.
- e) compatível com a Constituição Federal, desde que haja lei complementar federal que autorize os Estados a legislar sobre a matéria.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/614557](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/614557)

### Questão 36: CEBRASPE (CESPE) - OTI (ABIN)/ABIN/Área 2/2018

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Acerca das normas constitucionais aplicáveis ao regime federativo brasileiro, julgue o próximo item.

De acordo com o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, é vedado aos estados instituir normas que condicionem à previa autorização da assembleia legislativa a instauração de ação penal contra governador por crime comum.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/616249](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/616249)

### Questão 37: FGV - TJ (TJ AL)/TJ AL/Judiciária/2018

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Ao final do exercício financeiro, o Governador do Estado Alfa elaborou a sua prestação de contas e solicitou à sua assessoria jurídica que informasse qual seria o órgão responsável por julgá-las, aprovando-as ou rejeitando-as.

À luz da sistemática constitucional, o referido órgão é:

- a) o Tribunal de Justiça do Estado Alfa;
- b) a Assembleia Legislativa do Estado Alfa;
- c) o Congresso Nacional;
- d) o Superior Tribunal de Justiça;
- e) o Tribunal de Contas do Estado Alfa.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/616828](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/616828)

### Questão 38: FUNDATEC - Ana Leg (ALERS)/ALERS/Administrador/2018

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

No que diz respeito às disposições da Constituição da República Federativa do Brasil em relação à Assembleia Legislativa dos Estados e aos Deputados Estaduais, analise as seguintes afirmações:

- I.** Os Deputados Estaduais são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
- II.** Os Deputados Estaduais, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento criminal perante o Superior Tribunal de Justiça.
- III.** O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

Quais estão corretas?

- a) Apenas **I**.
- b) Apenas **I e II**.

- c) Apenas **I** e **III**.  
 d) Apenas **II** e **III**.  
 e) **I**, **II** e **III**.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.[www.tecconcursos.com.br/questoes/622841](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/622841)**Questão 39:** FUNDATEC - Tec Leg (ALERS)/ALERS/2018**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, em relação aos Estados Federados, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais.  
 ( ) O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Câmara dos Deputados.  
 ( ) Compete às Assembleias Legislativas disporem sobre seu regimento interno.  
 ( ) O subsídio do Governador será fixado por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) **F – V – F – V**.  
 b) **V – F – V – V**.  
 c) **V – F – F – V**.  
 d) **V – F – V – F**.  
 e) **F – V – V – F**.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.[www.tecconcursos.com.br/questoes/623664](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/623664)**Questão 40:** CEBRASPE (CESPE) - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Julgue o item a seguir com base nas normas constitucionais que versam sobre as prerrogativas dos vereadores.

Os estados podem prever foro por prerrogativa de função aos vereadores, ressalvada a competência constitucional do tribunal do júri.

- Certo  
 Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.[www.tecconcursos.com.br/questoes/628532](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/628532)**Questão 41:** FUMARC - Del Pol (PC MG)/PC MG/2018**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

A competência para a explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado é dos

- a) estados-membros e dos municípios.  
 b) estados-membros, do distrito federal e dos municípios.  
 c) estados-membros.  
 d) municípios.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.[www.tecconcursos.com.br/questoes/638007](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/638007)**Questão 42:** FUMARC - Del Pol (PC MG)/PC MG/2018**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal proferido em Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada em 2017, no que tange a ações penais ajuizadas em face de Governador de Estado, é CORRETO afirmar:

- a) Com base no princípio da simetria, as Assembleias Legislativas devem autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de ação penal contra o Governador por crimes comuns.  
 b) O recebimento de ação penal contra Governador de Estado pelo Superior Tribunal de Justiça acarreta o seu afastamento automático do cargo.  
 c) Os estados-membros têm competência para legislar sobre crimes de responsabilidade.  
 d) Os estados-membros não têm competência para editar normas que exijam autorização da Assembleia Legislativa para que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) instaure ação penal contra Governador de Estado.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.[www.tecconcursos.com.br/questoes/638010](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/638010)**Questão 43:** VUNESP - Proc Jur (CM Jabo)/CM Jaboticabal/2018**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Dentre as competências atribuídas aos Estados-membros pela Constituição Federal brasileira, encontra-se a possibilidade de explorar os serviços locais de gás canalizado. Todavia, o texto constitucional assevera, quanto a essa competência, que

- a) a exploração do serviço deve ser feita diretamente, vedada a sua concessão.  
 b) independe de lei.  
 c) o serviço pode ser concedido por dispensa de licitação.  
 d) sua regulamentação exige que seja feita por lei complementar.  
 e) é vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.[www.tecconcursos.com.br/questoes/639033](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/639033)**Questão 44:** VUNESP - ERFSP I (ARSESP)/ARSESP/Relações Institucionais/2018**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal de 1988, é de competência estadual a exploração dos serviços



- a) locais de gás canalizado.
- b) de portos marítimos, fluviais e lacustre.
- c) de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
- d) de navegação aérea, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária.
- e) e instalações de energia elétrica.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/644655](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/644655)

#### Questão 45: FCC - TJ TRT2/TRT 2/Administrativa/"Sem Especialidade"/2018

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Aos Estados, no exercício das competências que lhes são outorgadas pela Constituição Federal, cabe legislar,

- a) privativamente, em matéria de responsabilidade por dano ao consumidor, uma vez que não cabe à União e aos Municípios dispor sobre o assunto.
- b) concorrentemente com a União em matéria de proteção e defesa da saúde, desde que a União não tenha exercido a competência plena nesse assunto.
- c) em matéria de direito do trabalho, desde que a União não tenha exercido sua competência nesse assunto.
- d) concorrentemente com a União, sobre procedimentos em matéria processual, devendo a União, no entanto, limitar-se a estabelecer normas gerais nesse assunto.
- e) privativamente, sobre trânsito e transporte, uma vez que lhes cabe exercer as competências que não lhes sejam vedadas pelo texto constitucional.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/654079](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/654079)

#### Questão 46: CEBRASPE (CESPE) - JE TJCE/TJ CE/2018

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Com relação à disciplina constitucional acerca do pacto federativo e da repartição de competências entre as entidades federadas, assinale a opção correta, com base na jurisprudência do STF.

- a) A previsão, em lei estadual, de proibição de revista íntima em empregados de estabelecimentos comerciais é constitucional.
- b) A inscrição de estado-membro em cadastro de inadimplência da União em sede de convênio não implica conflito federativo.
- c) Lei estadual que reproduza o conteúdo de lei federal sobre licitações e contratos não ofenderá a competência privativa da União de legislar sobre o assunto.
- d) Lei estadual que obrigue prestadoras do serviço de Internet móvel a apresentar a velocidade média da conexão na fatura mensal é constitucional.
- e) Lei federal que fixe piso remuneratório nacional para professores da educação básica é inconstitucional, por ser competência comum proporcionar meios de acesso à educação.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/655958](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/655958)

#### Questão 47: CEBRASPE (CESPE) - Ass Port (EMAP)/EMAP/Administrativa/2018

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Com relação à organização do Estado, julgue o item a seguir.

As águas superficiais maranhenses são bens do estado, ainda que, na forma da lei, sejam decorrentes de obras da União.

- Certo
- Errado

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/666997](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/666997)

#### Questão 48: VUNESP - Pro (CM Campo Limpo)/CM Campo Limpo Pta/2018

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

A respeito da estrutura e organização do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) A instituição de regiões metropolitanas está condicionada à aprovação de Lei Complementar Estadual, sendo válido a Constituição Estadual exigir a prévia anuência das Câmaras Municipais.
- b) As regiões metropolitanas são, segundo a Constituição, dotadas de personalidade jurídica.
- c) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei complementar.
- d) As Constituições Estaduais podem permitir a edição de medidas provisórias, desde que haja expressa autorização na Constituição do respectivo Estado e sejam observadas as regras básicas do processo legislativo.
- e) O regime de incompatibilidades, imunidades, bem como as hipóteses de extinção e cassação de mandato não se aplicam aos parlamentares estaduais, mesmo que não haja previsão expressa na Constituição Estadual.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/667562](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/667562)

#### Questão 49: FGV - Tec (MPE AL)/MPE AL/Geral/2018

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

O Governador de determinado Estado solicitou informações à sua assessoria a respeito do órgão competente para julgar suas contas de governo anuais.

Considerando a sistemática estabelecida na Constituição da República, a assessoria respondeu corretamente que esse órgão é o

- a) Tribunal de Contas, com recurso para a Assembleia Legislativa.
- b) Assembleia Legislativa, com recurso para o Tribunal de Justiça.
- c) Tribunal de Contas, com recurso para o Tribunal de Justiça.
- d) Assembleia Legislativa, que julga em caráter definitivo.
- e) Tribunal de Contas, que julga em caráter definitivo.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/672255](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/672255)

#### Questão 50: FCC - Con Leg (CL DF)/CL DF/Constituição e Justiça/2018

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Considere que haja sido promulgada lei no Distrito Federal dispendo sobre a prestação de serviços locais de gás canalizado, contemplando, entre outras previsões, hipóteses de dispensa de licitação para a respectiva contratação. Nessas circunstâncias, em relação à prestação de serviços locais de gás canalizado, o Distrito Federal terá exercido competência

- a) atribuída expressamente pela Constituição Federal aos Estados e que, por essa razão, se insere dentre as competências distritais, embora tenha invadido competência privativa da União para legislar sobre normas gerais em matéria de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública federal, estadual, distrital e municipal, aspecto em que será inconstitucional.
- b) atribuída expressamente pela Constituição Federal aos Estados e que, por essa razão, se insere dentre as competências distritais, tendo ainda exercido regularmente competência legislativa complementar em matéria de licitação e contratação da administração pública, para atender a suas peculiaridades.
- c) municipal para legislar sobre assunto de interesse local e que, por essa razão, se insere dentre as competências distritais, embora tenha invadido competência privativa da União para legislar sobre normas gerais em matéria de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública, federal, estadual, distrital e municipal, aspectos em que será inconstitucional.
- d) municipal para legislar sobre assunto de interesse local e que, por essa razão, se insere dentre as competências distritais, tendo ainda exercido regularmente competência legislativa complementar em matéria de licitação e contratação da administração pública, para atender a suas peculiaridades.
- e) residual dos Estados e que, por essa razão, se insere dentre as competências distritais, tendo ainda legislado regularmente ao estabelecer hipóteses de dispensa de licitação, por se tratar de questão específica em matéria de competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/683044](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/683044)

### Questão 51: FCC - Con Leg (CL DF)/CL DF/Meio Ambiente/2018

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

São Bens dos Estados-Membros:

- a) O Mar territorial que se refira ou banhe as áreas portuárias e os potenciais de energia hidráulica, ressalvada a União percentual de aproveitamento em sua exploração.
- b) Os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, exceto aquelas em que são de domínio da União antes da entrada em vigor da Constituição Federal.
- c) Os lagos que sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, quando sede das Capitais do Estado.
- d) As ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países, bem como as praias marítimas e as ilhas oceânicas.
- e) As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/684497](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/684497)

### Questão 52: FCC - AFRE GO/SEFAZ GO/2018

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Determinada lei estadual complementar cria região metropolitana, constituída pelo agrupamento de municípios limítrofes, visando integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, dentre as quais habitação e serviços de saneamento básico. A mesma lei cria, ainda, autarquia vinculada à Administração estadual, com poder de decisão em relação aos assuntos de interesse da região metropolitana. Considerada a disciplina da matéria na Constituição Federal, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a lei estadual é

- a) constitucional, no que se refere à instituição da região metropolitana, às funções objeto de integração e a instituição e atribuições da autarquia estadual.
- b) inconstitucional, no que se refere aos serviços de saneamento básico, os quais são de competência dos Municípios, não cabendo ao Estado legislar sobre a matéria, ainda que seja para o fim de criação de região metropolitana.
- c) inconstitucional, uma vez que a hipótese seria de criação de aglomeração urbana, e não de região metropolitana, mediante lei ordinária, e não complementar.
- d) inconstitucional, no que se refere à atribuição de poder decisório à autarquia estadual, uma vez que esse deve ser exercido conjuntamente por Estado e Municípios integrantes da região metropolitana, embora a participação dos entes no órgão decisório não necessite ser paritária.
- e) inconstitucional, no que se refere à criação da autarquia estadual, cuja instituição se deve dar por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante prévia autorização legal, e não por lei, sob pena de ofensa ao princípio da separação de poderes.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/692905](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/692905)

### Questão 53: FUNRIO - Proc (ALERR)/ALERR/2018

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Observando que o legislador constituinte originário promoveu a repartição constitucional de competências, segundo o princípio da predominância ou preponderância do maior interesse, a competência para exploração dos serviços de gás canalizado restou à/a

- a) União.
- b) municípios.
- c) todos os entes federativos na forma da lei.
- d) estados membros.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/710637](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/710637)

### Questão 54: FAURGS - Tec (UFRGS)/UFRGS/Tecnologia da Informação/Sistemas da Informação/2018

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Considere as afirmações abaixo, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, acerca das competências da União e dos Entes Federados.

**I** - Compete concorrentemente à União e aos Estados administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada.

**II** - Compete à União legislar sobre assuntos de interesse local.

**III** - Compete aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

**IV** - São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição.

Quais estão corretas?

- a) Apenas **I**.
- b) Apenas **II**.
- c) Apenas **III**.
- d) Apenas **IV**.
- e) **I, II, III e IV**

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/710641](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/710641)

**Questão 55:** VUNESP - Proc (Pref SBC)/Pref SBC/2018**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

A respeito da repartição constitucional de competências, assinale a alternativa que está de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- a) Lei estadual que impõe a prestação de serviço de segurança em estacionamento a toda pessoa jurídica que disponibilize local para estacionamento é constitucional.
- b) É constitucional lei estadual que prevê a instalação de dispositivos de segurança nas agências bancárias, visto que compete concorrentemente à União e aos Estados legislar em matéria de segurança nas relações de consumo.
- c) Lei estadual que impõe a utilização de empregados próprios na entrada e saída de estacionamento, impedindo a terceirização, não viola a competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho e é constitucional.
- d) É constitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.
- e) É constitucional norma de Constituição estadual que dispensa apresentação de parecer prévio sobre as contas de chefe do Poder Executivo municipal a ser emitido pelo respectivo tribunal de contas estadual.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.teccursos.com.br/questoes/715659](http://www.teccursos.com.br/questoes/715659)**Questão 56:** FGV - OAB UNI NAC/OAB/Exame Anual 3/2018**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Após cumprimento de todas as formalidades constitucionais e legais exigíveis, o Estado Alfa se desmembra (desmembramento por formação), ocasionando o surgimento de um novo Estado-membro: o Estado Beta. Preocupados com a possibilidade de isso influenciar nas grandes decisões políticas regionais, um grupo de cidadãos inicia um movimento exigindo a imediata elaboração de uma Constituição para o novo Estado Beta.

Os líderes políticos locais, sem maiores conhecimentos sobre a temática, buscam assessoramento jurídico junto a advogados constitucionalistas, sendo-lhes corretamente informado que, segundo a inteligência do sistema jurídico- constitucional brasileiro,

- a) com a criação do Estado Beta no âmbito da República Federativa do Brasil, passou este a fazer parte do pacto federativo, subordinando-se tão somente à Constituição Federal, e não a qualquer outra constituição.
- b) tendo passado o Estado Beta a ser reconhecido como um ente autônomo, adquiriu poderes para se estruturar por meio de uma Constituição, sem a necessidade desta se vincular a padrões de simetria impostos pela Constituição Federal.
- c) pelo fato de o Estado Beta ter sido reconhecido como um ente federado autônomo, passa a ter poderes para se estruturar por meio de uma Constituição, que deverá observar o princípio da simetria, conforme os padrões fixados na Constituição Federal.
- d) o reconhecimento do Estado Beta como um ente federado autônomo assegurou-lhe poderes para se estruturar por meio de uma Constituição, cujo texto, porém, não poderá se diferenciar daquele fixado pela Constituição Federal.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.teccursos.com.br/questoes/718255](http://www.teccursos.com.br/questoes/718255)**Questão 57:** CEBRASPE (CESPE) - AFA (SEFAZ RS)/SEFAZ RS/2018**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)Acerca da organização dos estados, é **correto** afirmar que

- a) a criação de um território federal é regulada por lei ordinária.
- b) aos estados-membros compete explorar os serviços locais de gás canalizado.
- c) a iniciativa popular no processo legislativo estadual não é admitida.
- d) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência complementar dos estados-membros para legislar.
- e) o texto constitucional autoriza a criação de tribunais de contas municipais.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.teccursos.com.br/questoes/737125](http://www.teccursos.com.br/questoes/737125)**Questão 58:** FCC - Con Tec Leg (CL DF)/CL DF/Analista de Sistemas/Área 1/2018**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

A representação de determinado Estado da Federação na Câmara dos Deputados é atualmente de 17 Deputados Federais. Diante disso, à luz da Constituição Federal, a quantidade de Deputados Estaduais na Assembleia legislativa respectiva será de

- a) 40.
- b) 41.
- c) 36.
- d) 43.
- e) 38.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.teccursos.com.br/questoes/751324](http://www.teccursos.com.br/questoes/751324)**Questão 59:** QUADRIX - Ana (CODHAB)/CODHAB/Direito e Legislação/2018**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Com relação à organização do Estado, julgue o item seguinte.

Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

- Certo
- Errado

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.teccursos.com.br/questoes/761559](http://www.teccursos.com.br/questoes/761559)**Questão 60:** ACEP - Adv (Pref Aracati)/Pref Aracati/2018**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988 prevê extenso rol de competências constitucionais, determinando as matérias em que cada ente federativo poderá legislar, seja de forma privativa, seja de forma concorrente ou suplementar. Tendo em vista este rol, e considerando o entendimento dos tribunais superiores acerca do tema, pode-se afirmar que é constitucional:

- a) Lei estadual que disponha sobre bloqueadores de sinal de celular em presídio.
- b) Lei estadual que estabeleça regras para a cobrança de estacionamento de veículos.
- c) Lei estadual que permita o comércio de artigos de conveniência em farmácias e drogarias.

- d) Lei estadual que defina normas de processo e julgamento de crimes de responsabilidade do Governador e Secretários do Estado.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/899706](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/899706)

### Questão 61: VUNESP - JL (TJ RS)/TJ RJ/2018

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

A partir do quanto previsto pela Constituição Federal brasileira de 1988, assinale a assertiva que corresponda à previsão constitucional sobre os Estados membros.

- a) Os Estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- b) Cabe aos Estados membros explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado, na forma da lei, vedada, contudo, a edição de medida provisória para sua regulamentação.
- c) O número de deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
- d) Incluem-se entre os bens do Estado as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, inclusive as decorrentes de obras da União, na forma da lei.
- e) Incluem-se entre os bens dos Estados os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1003969](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1003969)

### Questão 62: CESC UFRR - Ass (UFRR)/UFRR/Tecnologia da Informação/2018

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Quanto à Organização do Estado, em conformidade com a Constituição Federal, é defeso afirmar.

- a) Compete, privativamente, aos Estados-membros legislar sobre populações indígenas.
- b) Os Estados-membros podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados-membros ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- c) Compete à União, aos Estados-membros e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- d) É competência comum da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios preservar as florestas, a fauna e a flora.
- e) Compete à União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/1152151](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1152151)

### Questão 63: FGV - Esp Leg NS (ALERJ)/ALERJ/Registro de Debates/2017

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Logo no início da legislatura, um grupo de Deputados Estaduais procurou se inteirar das competências legislativas passíveis de serem exercidas pelo Estado. Após realizar um alentado estudo da Constituição da República Federativa do Brasil, formulou diversas proposições a esse respeito, mas concluiu que somente uma delas era compatível com o nosso sistema constitucional.

A esse respeito, é correto afirmar que:

- a) o Estado somente pode exercer as competências enumeradas exaustivamente na Constituição da República;
- b) a competência dos Estados está exaustivamente enumerada nas Constituições da República e do Estado;
- c) somente as matérias afetas ao interesse local estão sujeitas à competência dos Estados;
- d) são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição da República;
- e) a competência dos Estados está detalhada em lei complementar editada pela União.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/458998](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/458998)

### Questão 64: FCC - AJ TRE SP/TRE SP/Judiciária/2017

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Um Estado que tenha cinquenta representantes na Câmara dos Deputados deverá eleger para sua Assembleia Legislativa

- a) cento e cinquenta Deputados.
- b) setenta Deputados.
- c) noventa e quatro Deputados.
- d) setenta e quatro Deputados.
- e) cinquenta Deputados.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/460436](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/460436)

### Questão 65: CEBRASPE (CESPE) - TJ (TRE PE)/TRE PE/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Incluem-se entre os bens do estado da Federação

- a) os terrenos de marinha.
- b) os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- c) as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio.
- d) o mar territorial.
- e) os potenciais de energia hidráulica.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/462870](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/462870)

### Questão 66: FCC - DP PR/DPE PR/2017

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Em relação à repartição de competências na Constituição:

- a) É inconstitucional lei estadual que garante meia entrada aos doadores de sangue, por tratar-se de indevida regulamentação de contraprestação em contratos privados, matéria contida no ramo do direito civil, ou seja, de competência legislativa privativa da União.

- b) A competência legislativa suplementar dos Estados, em relação à competência legislativa concorrente, permite que estes preencham lacunas na lei geral para sua adequação às peculiaridades locais; ao passo que a competência legislativa plena é aquela em que os Estados disciplinam matérias já compreendidas na lei geral, por expressa autorização do Congresso Nacional.
- c) É constitucional lei estadual que regule serviços de assistência médico-hospitalar regidos por contratos de natureza privada, desde que discipline a ampliação dos direitos do contratado, pois a competência para legislar sobre proteção ao consumidor é concorrente.
- d) Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, por se tratar de infração político-administrativa e não propriamente de crime, o chamado crime de responsabilidade pode ser definido pela União, Estados e Distrito Federal, eis que a competência legislativa é concorrente.
- e) É consagrada a possibilidade de delegação de certas competências legislativas privativas da União aos Estados, através da edição de lei complementar especificando a matéria, não podendo ser desigual entre os Estados.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/467175](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/467175)**Questão 67:** FCC - Esp RT (ARTEsp)/ARTEsp/Direito/I/2017**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Aos Estados Federados incumbe, dentre outras,

- a) a mesma competência atribuída ao Distrito Federal e aos Municípios, e, em relação à União em grau de concorrência.
- b) a competência e atribuição residual, suplementar e complementar, enquanto não for exercida pela União e pelo Município.
- c) a competência para editar normas gerais quando se tratar de competências concorrentes entre os entes federados.
- d) a competência residual expressa em relação às matérias que tenham sido atribuídas aos outros entes federados na Constituição Federal.
- e) a competência legislativa plena, de acordo com suas peculiaridades locais, quando a União não tiver exercido sua competência de editar normas gerais sobre as matérias que lhe foram atribuídas no âmbito da competência concorrente.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/489978](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/489978)**Questão 68:** FCC - Esp RT (ARTEsp)/ARTEsp/Direito/III/2017**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Ao Estado foram atribuídas competências pela Constituição Federal, acompanhadas de um rol de bens para auxiliar no desempenho daquelas. Dentre as competências atribuídas na Constituição aos Estados Federados,

- a) estão todas aquelas atribuídas à União, em caráter complementar, de forma que quando o ente não as exercer, ficam os Estados autorizados a fazê-lo.
- b) consta expressamente a exploração do serviço de fornecimento de gás canalizado.
- c) consta expressamente a produção e distribuição de energia elétrica, mediante regime tarifário.
- d) incluem-se as competências suplementares em relação à União, Municípios e Distrito Federal, em razão de sua hierarquia na composição da Federação.
- e) dependem de delegação aquelas que originalmente foram atribuídas à União, como os serviços de portos marítimos.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/490685](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/490685)**Questão 69:** FGV - OAB UNI NAC/OAB/Exame Anual 2/2017**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

O Estado Alfa, com o objetivo de articular a prestação dos serviços de saneamento básico entre municípios limítrofes, instituiu uma região metropolitana, de modo a promover a organização, o planejamento e a execução de tais atividades de interesse comum.

Acerca da criação de regiões metropolitanas para a realização de serviços públicos, assinale a afirmativa **correta**.

- a) A instituição de região metropolitana para a organização, o planejamento e a execução dos serviços públicos é de competência do Estado Alfa, por meio de lei complementar.
- b) A organização, o planejamento e a execução dos serviços de saneamento básico entre municípios limítrofes deveria, necessariamente, ser promovida por meio de consórcio público.
- c) A competência para a criação de regiões metropolitanas é exclusiva da União, sob pena de violar a autonomia dos municípios que seriam por elas alcançados.
- d) A criação da região metropolitana pretendida pelo Estado Alfa não é possível, diante da ausência de previsão para tanto no nosso ordenamento jurídico.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/505511](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/505511)**Questão 70:** VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2017**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

A instituição de região metropolitana para o fim de integrar a organização, planejamento e execução de funções de interesse público de interesse comum, autorizada pela Constituição Federal, depende

- a) de iniciativa de qualquer dos municípios que componham a região, uma vez obtida a anuência dos entes limítrofes, a ser instituída por Consórcio.
- b) de iniciativa dos Estados-membros, desde que conte com a anuência dos municípios limítrofes, a ser instituída por Convênio.
- c) de iniciativa dos Estados-Membros, por meio de Lei Complementar.
- d) de iniciativa dos Estados-membros, por meio de lei ordinária.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/523748](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/523748)**Questão 71:** VUNESP - Proc Leg (CM Cotia)/CM Cotia/2017**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Determinado Governador de Estado, pretendendo explorar o serviço local de gás canalizado, mediante concessão, resolve editar medida provisória estadual regulamentando essa matéria. Segundo o que dispõe a Constituição Federal, bem como o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto, é correto afirmar que esse ato do governador

- a) é inconstitucional, uma vez que a Carta Magna veda, expressamente, a edição de medida provisória estadual.
- b) é inconstitucional, pois a exploração do serviço de gás canalizado é matéria de competência legislativa da União.
- c) é constitucional, pois a Carta Magna não veda a edição de medida provisória estadual, desde que essa espécie normativa tenha previsão na Constituição do Estado, sendo essa matéria de competência estadual.
- d) é inconstitucional, pois embora os Estados possam editar medidas provisórias estaduais, desde que haja previsão na Constituição do Estado, não podem regulamentar essa matéria por meio dessa espécie normativa.
- e) é constitucional, já que a Carta Magna prevê, expressamente, a possibilidade de os Estados editarem medidas provisórias, independentemente de previsão na Constituição do Estado, não havendo restrição no tocante a essa matéria.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/524051](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/524051)

**Questão 72:** VUNESP - Proc Jur (CM Sumaré)/CM Sumaré/2017**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Com relação à organização político-administrativa e competências fixadas pela União para os entes federativos, assinale a alternativa correta.

- a) Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- b) Compete privativamente aos Estados fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- c) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou por meio de concessão, os serviços de gás canalizado, na forma da lei, permitindo-se a edição de medida provisória para sua regulamentação.
- d) Caso o Estado tenha legislado sobre normas gerais face à inexistência de normatização pela União, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual.
- e) É competência material dos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, excluindo-se o de transporte coletivo.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/525475](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/525475)**Questão 73:** FCC - AJ TRE PR/TRE PR/Judiciária/2017**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Constituição estadual que define as hipóteses de crime de responsabilidade a que sujeitos Governador e Secretários de Estado respectivos, bem como atribuisse a uma Comissão mista, composta por Deputados Estaduais e membros do Tribunal de Justiça local, a competência para o seu julgamento, em conformidade com regras estabelecidas em lei estadual, seria

- a) compatível com a Constituição Federal, por se tratar de matérias inerentes ao exercício do poder constituinte decorrente dos Estados.
- b) incompatível com a Constituição Federal, por serem matérias de competência legislativa privativa da União tanto a definição dos crimes de responsabilidade quanto o estabelecimento das normas respectivas de processo e julgamento, sujeitando-se as referidas normas constitucionais estaduais a reclamação perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) incompatível com a Constituição Federal, por serem matérias de competência legislativa privativa da União tanto a definição dos crimes de responsabilidade quanto o estabelecimento das normas respectivas de processo e julgamento, sujeitando-se as referidas normas constitucionais estaduais a ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- d) incompatível com a Constituição Federal, no que se refere apenas à definição dos crimes de responsabilidade, por ser matéria de competência legislativa privativa da União, sujeitando-se as normas constitucionais estaduais respectivas a reclamação perante o Supremo Tribunal Federal.
- e) incompatível com a Constituição Federal, no que se refere apenas à definição dos crimes de responsabilidade, por ser matéria de competência legislativa privativa da União, sujeitando-se as normas constitucionais estaduais respectivas a ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/526937](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/526937)**Questão 74:** FCC - TJ TRE PR/TRE PR/Administrativa/2017**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Resolução editada por Assembleia Legislativa determinou que os Deputados estaduais passarão a receber remuneração em valor idêntico ao percebido pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal – STF. A matéria

- a) pode ser objeto de Resolução, uma vez que cabe à Assembleia Legislativa, por ato interno, dispor sobre a remuneração dos Deputados estaduais, podendo ser equivalente à remuneração dos Ministros do STF, que configura o limite remuneratório máximo para o serviço público.
- b) pode ser objeto de Resolução, uma vez que cabe à Assembleia Legislativa, por ato interno, dispor sobre a remuneração dos Deputados estaduais, que, todavia, apenas poderá ser equivalente à remuneração dos Deputados federais, e não à remuneração dos Ministros do STF.
- c) não pode ser objeto de Resolução, uma vez que cabe à lei, de iniciativa da Assembleia Legislativa, dispor sobre a remuneração dos Deputados estaduais, que, todavia, poderá ser, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais.
- d) não pode ser objeto de Resolução, uma vez que cabe à lei, de iniciativa da Assembleia Legislativa, dispor sobre a remuneração dos Deputados estaduais, podendo ser equivalente à remuneração dos Ministros do STF, que configura o limite remuneratório máximo para o serviço público.
- e) não pode ser objeto de Resolução, uma vez que cabe à lei, de iniciativa da Assembleia Legislativa, dispor sobre a remuneração dos Deputados estaduais, devendo ser equivalente à remuneração do Governador, que configura o limite remuneratório máximo para o serviço público estadual.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/527255](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/527255)**Questão 75:** CEBRASPE (CESPE) - Diplomata/IRBr/2017**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Considerando as disposições constitucionais sobre o processo legislativo brasileiro e as competências da União e dos estados, julgue o item a seguir.

Como a Constituição não faz referência à iniciativa popular de lei ao dispor sobre o processo legislativo no âmbito estadual, o Supremo Tribunal Federal não reconhece esse instrumento como modalidade explícita de democracia direta.

- Certo
- Errado

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/530930](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/530930)**Questão 76:** CEBRASPE (CESPE) - AG (TCE-PE) /TCE-PE/Julgamento/2017**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

No que se refere à organização político-administrativa da União, dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios e às atribuições e responsabilidades do presidente da República, julgue o item que se segue.

Para que um estado federado institua regiões metropolitanas constituídas por municípios limítrofes no âmbito de seu território, será necessária apenas a edição de lei complementar estadual.

- Certo
- Errado

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/534906](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/534906)**Questão 77:** IBFC - TJ (TJ PE)/TJ PE/Administrativa/2017**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

A organização político-administrativo do Brasil é tema central no texto da Constituição da República.

Sobre esse tema, assinale a alternativa **correta**.

- a) É de competência exclusiva da União legislar sobre matérias referentes ao acesso à cultura, educação, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação
- b) Os Estados são organizados por meio de Lei Orgânica aprovada em suas respectivas Assembleias Legislativas
- c) O número de vereadores é variável de acordo com o número de habitantes do Município. Nas cidades com até 300.000 (trezentos mil) habitantes esse número está limitado a 22 (vinte e dois) vereadores
- d) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados
- e) Compete aos Estados legislar sobre trânsito e transporte

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/541576](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/541576)

### Questão 78: FCC - Ana (DPE RS)/DPE RS/Administração/2017

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Será incompatível com a Constituição Federal a lei

- a) complementar estadual que institua região metropolitana, consistente no agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- b) complementar federal que autorize os Estados a legislar sobre questões específicas em matéria de direito do trabalho.
- c) municipal que autorize a exploração direta ou mediante concessão de serviços locais de gás canalizado.
- d) estadual que disponha sobre a criação, organização e supressão de distritos no âmbito dos Municípios.
- e) municipal, de iniciativa da Câmara Municipal, que fixe os subsídios de Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários municipais.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/541752](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/541752)

### Questão 79: FCC - Del Pol (PC AP)/PC AP/2017

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

A Constituição de determinado Estado, ao dispor sobre prerrogativas do Governador, dispõe que

- a Assembleia Legislativa é o órgão competente para processar e julgar o Governador pela prática de crimes de responsabilidade, que deverão ser definidos em lei estadual.
- lei estadual disciplinará as normas de processo e julgamento do Governador por prática de crime de responsabilidade.
- o Tribunal do Júri é competente para julgar o Governador nos crimes dolosos contra a vida.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Constituição Estadual mencionada **CONTRARIA** a Constituição Federal ao atribuir

- I.** à lei estadual a definição dos crimes de responsabilidade do Governador.
- II.** à lei estadual a definição das normas de processo e julgamento do Governador por prática de crime de responsabilidade.
- III.** ao Tribunal do Júri a competência para julgar o Governador pela prática de crimes dolosos contra a vida.

Está **correto** o que se afirma em

- a) **I, II e III.**
- b) **III**, apenas.
- c) **II e III**, apenas.
- d) **I e II**, apenas.
- e) **I e III**, apenas.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/547574](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/547574)

### Questão 80: CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT7/TRT 7/Administrativa/Contabilidade/2017

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Considere que determinado estado da Federação tenha editado lei estadual fixando o piso salarial de determinada categoria profissional do estado.

A respeito da competência estadual para legislar acerca da matéria em apreço, assinale a opção **correta**.

- a) O estado possui competência para legislar sobre o assunto, nos limites de delegação conferida por lei complementar federal.
- b) O estado possui competência concorrente com a União para legislar sobre o assunto, podendo legislar plenamente sobre o assunto até a superveniência de lei federal.
- c) O estado possui competência de legislar sobre o assunto: trata-se de matéria reservada aos estados-membros.
- d) O estado não possui competência para legislar a respeito do assunto: a matéria é de competência legislativa exclusiva da União.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/551551](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/551551)

### Questão 81: VUNESP - AFF (TCE-SP)/TCE-SP/Administração/2017

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Ao dispor sobre a Organização Político-Administrativa do Estado, a Constituição Federal reservou determinadas competências materiais e legislativas à União, aos Estados Membros, ao Distrito Federal e aos Municípios. A respeito das competências, é **correto** afirmar:

- a) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual.
- b) é competência privativa dos Estados fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- c) é competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre serviço postal.
- d) em se tratando de competência legislativa concorrente, a União poderá estabelecer normas gerais e específicas.
- e) os Municípios podem explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/577542](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/577542)

### Questão 82: FUNDEP - Adv (CRM MG)/CRM MG/2017

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Analisar as afirmativas a seguir sobre a os estados-membros, assinalando com V as verdadeiras e com F as falsas.

- ( ) Os estados-membros são regidos por leis próprias, elaboradas segundo o processo legislativo estabelecido em suas Constituições. Como consequência dessa autonomia e considerando que o Poder Legislativo nos estados-membros é unicameral, os princípios do processo legislativo federal tornam-se incompatíveis com o processo legislativo estadual.
- ( ) Os estados-membros possuem competência exclusiva para instituir, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
- ( ) A Constituição adotou um modelo federativo bastante centralizador e rígido no tocante à estrutura e funcionamento dos poderes estaduais. A homogeneidade exigida pelo Estado Federal impede a adoção, pelos estados-membros, de sistema ou forma de governo diversos dos adotados no âmbito da União.
- ( ) Os estados-membros são organizações jurídicas parciais dotadas de um regime de soberania conferido pela Constituição e concorrem para a formação da vontade do Estado Federal, que é o ente com reconhecimento na ordem jurídica internacional.

Assinale a sequência **CORRETA**.

- a) F V V F
- b) V V V F
- c) F V F V
- d) V F V V

Esta questão **possui** comentário do professor no site. [www.tecconcursos.com.br/questoes/881564](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/881564)

**Questão 83:** FAU UNICENTRO - Adv (E-Paraná)/E-Paraná/2017

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Sobre os Estados na Constituição Federal, assinale a alternativa **correta**:

- a) Incluem-se entre os bens dos Estados todas as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito.
- b) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- c) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de quatorze.
- d) Diante da autonomia política dos Estados, suas Constituições devem observar somente as normas de reprodução obrigatória contidas na Constituição Federal.
- e) As competências dos Estados encontram-se apenas no Título III, Capítulo III, da Constituição Federal.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. [www.tecconcursos.com.br/questoes/967790](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/967790)

**Questão 84:** IMPARH - Est (Pref Fortaleza)/Pref Fortaleza/Direito/2017

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da repartição constitucional de competências, é **correto** afirmar que:

- a) é INCONSTITUCIONAL lei estadual que prevê prioridade na tramitação para processos envolvendo mulher vítima de violência doméstica, pois a fixação de prioridades na tramitação dos processos judiciais é matéria de Direito Processual, cuja competência é privativa da União.
- b) é INCONSTITUCIONAL lei estadual que determine que as empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal devam fazer adaptações em seus veículos, a fim de facilitar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência física ou com dificuldade de locomoção, pois a competência para legislar sobre trânsito e transporte é da União.
- c) é CONSTITUCIONAL lei estadual que determinou às empresas telefônicas que criem e mantenham um cadastro de assinantes interessados em receber ofertas de produtos e serviços, que deve ser disponibilizado para as empresas de telemarketing, pois a competência para legislar sobre direito do consumidor é concorrente.
- d) é CONSTITUCIONAL lei estadual que determina que o município forneça água potável gratuitamente à sua população, por meio de caminhão pipa, todas as vezes que haja a interrupção do fornecimento normal.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. [www.tecconcursos.com.br/questoes/1170553](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/1170553)

**Questão 85:** CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT8/TRT 8/Administrativa/"Sem Especialidade"/2016

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

No que se refere à organização político-administrativa do Estado, assinale a opção correta.

- a) A competência da União e dos municípios é expressa, sendo a competência dos estados remanescente ou residual.
- b) É possível, mediante emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal, a criação de municípios nessa unidade da Federação, atendidos os princípios estabelecidos na CF.
- c) Cada uma das unidades integrantes da Federação brasileira é ente autônomo e soberano, capaz de auto-organização, autolegislação, autogoverno e autoadministração.
- d) Sendo o Brasil um Estado laico, é vedado aos entes federativos estabelecer cultos religiosos e igrejas ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, o que inclui a colaboração de interesse público.
- e) Dado o poder de autonomia, os estados podem estabelecer, em suas Constituições, a participação da assembleia legislativa na nomeação, exoneração ou destituição, pelo governador, de secretário estadual.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. [www.tecconcursos.com.br/questoes/335651](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/335651)

**Questão 86:** FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Lei complementar estadual que crie região metropolitana, constituída por um agrupamento de Municípios limítrofes, estabelecendo a obrigatoriedade de se integrem o planejamento e a execução do serviço de saneamento básico, conforme diretrizes traçadas por órgão colegiado composto por Estado e Municípios, será

- a) compatível com a Constituição da República, desde que se atribua aos Municípios, que são os titulares do serviço de saneamento básico, o poder de decisão no órgão colegiado.
- b) compatível com a Constituição da República, desde que não haja concentração do poder decisório nas mãos de qualquer dos entes que integram o órgão colegiado.
- c) incompatível com a Constituição da República, no que se refere à competência para instituição de regiões metropolitanas.
- d) incompatível com a Constituição da República, no que se refere à obrigatoriedade de integração de planejamento e execução do serviço de saneamento básico.
- e) incompatível com a Constituição da República, no que se refere à participação do Estado no órgão colegiado.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. [www.tecconcursos.com.br/questoes/362289](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/362289)

**Questão 87:** FUNDEP - Adv (Ibirité)/Pref Ibirité/2016



**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, é **correto** afirmar que compete privativamente à União:

- a) legislar sobre organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes.
- b) o fomento da produção agropecuária e organização do abastecimento alimentar.
- c) a instituição, mediante lei complementar, de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- d) a promoção de programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico, bem como a organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício das profissões.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/376869](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/376869)

**Questão 88:** CEBRASPE (CESPE) - Aud CE (TCE-PA)/TCE-PA/Administrativa/Direito/2016**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Acerca da organização do Estado, julgue o item subsecutivo.

Os estados-membros, mediante lei ordinária específica, podem instituir regiões metropolitanas, constituídas por agrupamentos de municípios, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/387320](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/387320)

**Questão 89:** CEBRASPE (CESPE) - Aux Tec CE (TCE-PA)/TCE-PA/Administrativa/2016**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

A respeito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, julgue o item subsecutivo.

O estado do Pará pode explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, não podendo a regulamentação da exploração ocorrer por meio de medida provisória.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/390352](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/390352)

**Questão 90:** VUNESP - JDM (TJM SP)/TJM SP/2016**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Considere o seguinte caso hipotético. Lei do Estado de São Paulo estabelece hipóteses de gratuidade de estacionamento, em razão do tempo de utilização ou da realização de compras acima de determinado valor, em estabelecimentos privados, como shopping centers e hipermercados. O Supremo Tribunal Federal considera, sob o ponto de vista da repartição de competências estabelecida na Constituição Federal, que tal lei é

- a) inconstitucional, pois versa sobre limitação genérica ao direito de propriedade, limitação essa para a qual seria competente somente a União.
- b) constitucional, pois versa sobre custos de serviços, matéria de competência concorrente entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal.
- c) inconstitucional, pois versa sobre o funcionamento do comércio, o que se caracteriza como interesse local e, portanto, competência municipal.
- d) inconstitucional, pois versa sobre relações de consumo, que é matéria de competência privativa da União.
- e) constitucional, pois versa sobre responsabilidade por dano ao consumidor, matéria de competência reservada aos Estados.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/392617](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/392617)

**Questão 91:** FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Lei ordinária estadual criou Região Metropolitana formada por municípios contíguos e não contíguos, voltada para a prestação de serviços públicos de interesse comum aos municípios que a integram. A mesma lei criou órgão colegiado estadual, do qual fazem parte apenas autoridades estaduais, voltado para disciplinar a concessão de serviços municipais de interesse comum à região metropolitana. De acordo com a Constituição Federal e a com a jurisprudência do STF, essa Região Metropolitana

- a) poderia ter sido criada por lei ordinária, desde que assim previsto na Constituição do Estado, podendo a Região ser formada por municípios contíguos ou não, vez que voltada para a prestação de serviços públicos de interesse comum aos municípios, sendo constitucional a criação do órgão colegiado estadual com a competência que lhe foi atribuída, desde que o projeto de lei tenha sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.
- b) poderia ter sido criada por lei ordinária, mas a Região deveria ser formada apenas por municípios contíguos, sendo inconstitucional a atribuição ao órgão colegiado estadual da competência para disciplinar a concessão de serviços municipais.
- c) apenas poderia ter sido criada por lei complementar, podendo a Região ser formada por municípios contíguos ou não, vez que voltada para a prestação de serviços públicos de interesse comum aos municípios, sendo constitucional a criação do órgão colegiado estadual com a competência que lhe foi atribuída, desde que o projeto de lei tenha sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.
- d) apenas poderia ter sido criada por lei complementar, podendo a Região ser formada por municípios contíguos ou não, vez que voltada para a prestação de serviços públicos de interesse comum aos municípios, sendo inconstitucional a atribuição ao órgão colegiado estadual da competência para disciplinar a concessão de serviços municipais.
- e) apenas poderia ter sido criada por lei complementar e deveria ser formada apenas por municípios contíguos, sendo, ainda, inconstitucional a atribuição ao órgão colegiado estadual da competência para disciplinar a concessão de serviços municipais.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/394232](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/394232)

**Questão 92:** FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Deputado Estadual de certo Estado é suspeito da prática de homicídio doloso, cometido após a diplomação. A Constituição desse Estado prevê ser o Órgão Especial do Tribunal de Justiça competente para julgar, originariamente, os Deputados Estaduais pela prática de crimes comuns. Na hipótese de o Deputado vir a ser denunciado pelo cometimento do crime, será competente para julgá-lo o

- a) Tribunal do Júri, cuja competência, nesse caso, prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido pela Constituição Estadual, não podendo a Assembleia Legislativa sustar o andamento do processo, já que aos Deputados Estaduais não se aplicam as imunidades processuais previstas na Constituição Federal em favor dos Deputados Federais.

- b) Tribunal do Júri, cuja competência, nesse caso, prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido pela Constituição Estadual, não podendo a Assembleia Legislativa sustar o andamento do processo, já que aos Deputados Estaduais não se aplicam as imunidades materiais previstas pela Constituição Federal em favor dos Deputados Federais.
- c) Tribunal do Júri, cuja competência, nesse caso, prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido pela Constituição Estadual, podendo a Assembleia Legislativa sustar o andamento do processo, tal como previsto pela Constituição Federal em favor dos Deputados Federais.
- d) Órgão Especial do Tribunal de Justiça, cuja competência, nesse caso, prevalece sobre a competência genérica do Tribunal do Júri, não podendo a Assembleia Legislativa sustar o andamento do processo, já que aos Deputados Estaduais não se aplicam as imunidades processuais previstas pela Constituição Federal em favor dos Deputados Federais.
- e) Órgão Especial do Tribunal de Justiça, cuja competência, nesse caso, prevalece sobre a competência genérica do Tribunal do Júri, podendo a Assembleia Legislativa sustar o andamento do processo, tal como previsto pela Constituição Federal em favor dos Deputados Federais.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/394241](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/394241)

### Questão 93: IBFC - Ana Leg (CM Franca)/CM Franca/2016

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Assinale a alternativa correta sobre as normas da Constituição Federal, aplicáveis aos Estados Federados.

- a) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingindo o número de quarenta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
- b) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingindo o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
- c) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingindo o número de vinte e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de vinte.
- d) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingindo o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de vinte.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/396928](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/396928)

### Questão 94: FCC - TNS (ARSETE)/Pref Teresina/Contador/2016

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

A criação, por lei federal, de região metropolitana constituída por um agrupamento de Municípios limítrofes localizados no território de determinado Estado, para integrar a organização, o planejamento e a execução de serviços de saneamento básico seria

- a) incompatível com a Constituição da República, por invadir competência do Estado para instituição de regiões metropolitanas por lei complementar.
- b) compatível com a Constituição da República, desde que dentro do período determinado por lei complementar federal e mediante consulta prévia, por meio de plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.
- c) incompatível com a Constituição da República, por invadir competência material do Estado para prestação de serviços de saneamento básico.
- d) incompatível com a Constituição da República, por invadir competência dos Municípios para legislar sobre assunto de interesse local.
- e) compatível com a Constituição da República, por ser competência da União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive saneamento básico.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/410464](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/410464)

### Questão 95: FCC - Red Rev (ALMS)/ALMS/2016

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Alfredo deseja se candidatar a Deputado Estadual no Mato Grosso do Sul e, para avaliar suas chances, deseja saber qual o número de Deputados da Assembleia Legislativa do referido Estado. Sabendo que a Câmara dos Deputados é composta por oito Deputados Federais, conclui que o número de Deputados à Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul será de

- a) oito, pois o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
- b) dezesseis, pois o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
- c) no mínimo doze, pois o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá a uma vez e meia (150%) da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
- d) vinte e quatro, pois o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
- e) trinta e seis, sendo que o cálculo a ser feito não tem relação com o número dos Deputados Federais que representam o Estado de Mato Grosso do Sul na Câmara Federal.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/410520](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/410520)

### Questão 96: CEBRASPE (CESPE) - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Julgue o item que se segue, acerca do poder de auto-organização atribuído aos estados-membros no âmbito da Federação brasileira.

São de observância obrigatória para os estados, devendo ser reproduzidas nas Constituições estaduais, as normas constitucionais federais relativas às imunidades parlamentares, ao processo legislativo e ao regime dos crimes de responsabilidade e às garantias processuais penais do chefe do Poder Executivo federal.

- Certo
- Errado

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/420395](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/420395)

### Questão 97: FCC - Tec (PGE MT)/PGE MT/Técnico Administrativo/2016

**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Recentemente, um jornal noticiou a criação de um Grupo de Trabalho para salvar o Pantanal, bioma que é constituído pela microrregião do Alto do Pantanal, do Estado de Mato Grosso e pela microrregião do Baixo Pantanal, do Estado do Mato Grosso do Sul. As microrregiões são constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum e, de acordo com a Constituição Federal, podem ser instituídas

- a) pelos Municípios.
- b) pelos Estados.
- c) pela União.
- d) pela União e pelos Estados.
- e) pelos Estados e pelos Municípios.

Esta questão possui comentário do professor no site.

[www.tecconcursos.com.br/questoes/436039](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/436039)

**Questão 98:** FGV - Ana Gest (COMPESA)/COMPESA/Advogado/2016**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Determinada Constituição Estadual veiculou três disposições a respeito da Administração Pública Indireta, com o propósito declarado de aumentar o controle a respeito da aptidão dos respectivos dirigentes e das atividades desenvolvidas em prol do interesse público.

O Art. 101 dispôs que os presidentes de todos os entes da Administração Pública Indireta, a serem nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, deveriam ser aprovados pela Assembleia Legislativa.

O Art. 102 dispôs que referidos presidentes poderiam ser convocados, pelas comissões parlamentares, a prestar esclarecimentos a respeito das atividades desenvolvidas pelo respectivo ente.

Por fim, o Art. 103 previu que o Governador do Estado poderia ser convocado a prestar esclarecimentos, perante o plenário da Assembleia Legislativa, a respeito dos entes da Administração Pública Indireta incumbidos da prestação de serviços públicos.

À luz da sistemática estabelecida pela Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que

- a) somente o Art. 102 é constitucional.
- b) todos os artigos são inconstitucionais.
- c) somente os artigos 101 e 102 são inconstitucionais.
- d) todos os artigos são constitucionais.
- e) somente o Art. 103 é inconstitucional.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. [www.tecconcursos.com.br/questoes/438031](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/438031)

**Questão 99:** VUNESP - Ass SA II (UNESP)/UNESP/Metalografia e Metalurgia/2016**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, ao Estado Federado pertencem, desde que localizados em seu território ou na extensão do seu litoral,

- a) os sítios arqueológicos e pré-históricos.
- b) os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- c) as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União.
- d) os potenciais de energia hidráulica.
- e) as cavidades naturais subterrâneas.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. [www.tecconcursos.com.br/questoes/454438](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/454438)

**Questão 100:** Com. Exam. (MPE SC) - PJ (MPE SC)/MPE SC/2016**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site. [www.tecconcursos.com.br/questoes/507224](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/507224)

**Questão 101:** CETAP - Adv (SJ Pirabas)/Pref S João Pirabas/2016**Assunto:** Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Considere que determinado Estado federado pretende explorar o serviço local de gás canalizado. Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, é **correto** afirmar que:

- a) poderá explorar diretamente ou mediante concessão, na forma da lei.
- b) somente poderá explorar indiretamente, mediante concessão ou consórcio público, na forma da lei.
- c) somente poderá explorar indiretamente, mediante concessão, na forma da lei
- d) poderá explorar direta ou indiretamente, sendo em ambos os casos possível, para sua regulamentação, a edição de medida provisória.
- e) apenas se a exploração se der diretamente, o Governador do Estado poderá editar medida provisória para regulamentar o serviço. A medida provisória terá, nesse caso, prioridade para discussão na Assembleia Legislativa.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. [www.tecconcursos.com.br/questoes/778090](http://www.tecconcursos.com.br/questoes/778090)

**Gabarito**

---

|                   |                   |                  |                   |                   |                  |              |
|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|--------------|
| <b>1)</b> E       | <b>2)</b> E       | <b>3)</b> C      | <b>4)</b> B       | <b>5)</b> A       | <b>6)</b> E      | <b>7)</b> E  |
| <b>8)</b> D       | <b>9)</b> A       | <b>10)</b> Certo | <b>11)</b> Errado | <b>12)</b> Certo  | <b>13)</b> E     | <b>14)</b> D |
| <b>15)</b> C      | <b>16)</b> D      | <b>17)</b> C     | <b>18)</b> B      | <b>19)</b> A      | <b>20)</b> A     | <b>21)</b> B |
| <b>22)</b> Errado | <b>23)</b> B      | <b>24)</b> A     | <b>25)</b> A      | <b>26)</b> C      | <b>27)</b> C     | <b>28)</b> B |
| <b>29)</b> B      | <b>30)</b> Certo  | <b>31)</b> B     | <b>32)</b> B      | <b>33)</b> A      | <b>34)</b> C     | <b>35)</b> B |
| <b>36)</b> Certo  | <b>37)</b> B      | <b>38)</b> C     | <b>39)</b> B      | <b>40)</b> Certo  | <b>41)</b> C     | <b>42)</b> D |
| <b>43)</b> E      | <b>44)</b> A      | <b>45)</b> D     | <b>46)</b> C      | <b>47)</b> Errado | <b>48)</b> D     | <b>49)</b> D |
| <b>50)</b> A      | <b>51)</b> E      | <b>52)</b> D     | <b>53)</b> D      | <b>54)</b> D      | <b>55)</b> B     | <b>56)</b> C |
| <b>57)</b> B      | <b>58)</b> B      | <b>59)</b> Certo | <b>60)</b> C      | <b>61)</b> B      | <b>62)</b> A     | <b>63)</b> D |
| <b>64)</b> D      | <b>65)</b> C      | <b>66)</b> E     | <b>67)</b> E      | <b>68)</b> B      | <b>69)</b> A     | <b>70)</b> C |
| <b>71)</b> D      | <b>72)</b> A      | <b>73)</b> C     | <b>74)</b> C      | <b>75)</b> Errado | <b>76)</b> Certo | <b>77)</b> D |
| <b>78)</b> C      | <b>79)</b> A      | <b>80)</b> A     | <b>81)</b> A      | <b>82)</b> A      | <b>83)</b> B     | <b>84)</b> A |
| <b>85)</b> A      | <b>86)</b> B      | <b>87)</b> A     | <b>88)</b> Errado | <b>89)</b> Certo  | <b>90)</b> A     | <b>91)</b> E |
| <b>92)</b> E      | <b>93)</b> B      | <b>94)</b> A     | <b>95)</b> D      | <b>96)</b> Errado | <b>97)</b> B     | <b>98)</b> A |
| <b>99)</b> C      | <b>100)</b> Certo | <b>101)</b> A    |                   |                   |                  |              |